

Estudo Técnico Preliminar 25/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 60414.000987/2020-84

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de supervisor administrativo, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as demandas do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN/MD), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNIT MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO Serviço de natureza continuada de Supervisor Administrativo (40 postos de serviços).	5380	Un	40	6.970,58	278.823,05	3.345.876,64
	2	Serviços Reembolsáveis (Hospedagem por pernoite)	5380	Un	480	189,20	7.568,00	90.816,00
	3	Serviços Reembolsáveis (Deslocamento por trecho)	5380	Un	160	2.049,26	27.323,47	327.881,60
CUSTO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (R\$)							313.714,52	3.764.574,24

2.1.1. Os itens 2 (dois) e 3 (três), da tabela acima, servem de parâmetro para a forma de reembolso e não como concorrência perante a licitação.

2.1.2. Sob pena de desclassificação, o licitante não deverá ofertar lances para os itens 2 e 3, devendo limitar-se a transcrever em sua proposta o valor de referência para os itens 2 e 3 do grupo 1, tendo em vista que se constitui no valor das indenizações a serem pagas eventualmente, conforme a demanda.

2.2. O objeto da licitação tem a **natureza de serviço comum** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

2.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

2.4. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

2.5. A área de atuação do Programa Calha Norte abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte do Maranhão e do Tocantins, correspondendo assim em 58,7% do território nacional, englobando 442 municípios, vivendo nela cerca de 15,5 milhões de brasileiros.

2.6. Em setembro do presente exercício, por meio do contrato nº 17/2020 - MD (ID 2590644) (SEI 60414.000113/2020-27), o DPCN, Unidade demandante, com apoio do DEADI, realizou a contratação de 18 (dezoito) postos de supervisores administrativos com intuito de minimizar o déficit de pessoal de apoio relacionado às atividades de celebração, acompanhamento /fiscalização de convênios e prestação de contas dos diversos convênios firmados com os órgãos das esferas estaduais e municipais abrangidos pela área do Programa Calha Norte - PCN.

2.7. Ressalta-se que, um pouco antes, em julho de 2020, também houve o reforço de pessoal da Divisão de Engenharia do DPCN, com a contratação de empresa para prestação de serviços de 08 (oito) postos de engenheiros civis, sob dedicação exclusiva de mão de obra, via contrato nº 11/2020-MD (ID 2440028) (SEI 60414.001095/2019-67), cuja citação torna-se relevante no presente estudo, uma vez que as atividades desempenhadas pelos referidos profissionais são complementares às dos profissionais aqui referenciados.

2.8. Ainda nesse sentido, por meio do Termo de Justificativa para Acréscimo Contratual (ID 2845754), o DPCN, demandou por mais 4 (quatro) postos de trabalho de supervisores administrativos, com base no item 15.2, da Cláusula **DÉCIMA QUINTA** do Termo de Contrato nº 017/2020-MD (ID 2590644) e previsão legal conforme alínea "b", do inciso I, do art. 65, da Lei 8666/93, ou seja, permitindo o acréscimo dos postos em questão no percentual de 22,2%.

2.9. De fato, as contratações realizadas por meio do processo supracitado conseguiram amenizar temporariamente o déficit de pessoal de apoio administrativo necessário às demandas atuais do PCN. Contudo, um estudo mais aprofundado pelos técnicos das 3 (três) gerências e assessorias do Departamento, baseados na estatística de números de convênios celebrados nos últimos anos, bem como nas prospecções futuras, face ao aumento da área de atuação e do volume de recursos

orçamentários direcionados ao Programa, indicou a eminente necessidade de expandir ainda mais os postos de supervisores administrativos, considerando as limitações legais para acréscimo dos postos de trabalho.

2.10. O estudo apresentado pelo DPCN, como exemplo, reflete a evolução da média móvel de convênios celebrados, em quadriênios, no período de 2009 a 2019, de acordo com os quadros abaixo:

Convênios celebrados	Quadriênios																			
	1º					2º					3º					4º				
	2009	2010	2011	2012	Média Móvel	2010	2011	2012	2013	Média Móvel	2011	2012	2013	2014	Média Móvel	2012	2013	2014	2015	Média Móvel
	241	319	185	244	247,25	319	185	244	462	302,5	185	244	462	292	295,75	244	462	292	265	315,75

Convênios celebrados	Quadriênios																			
	5º					6º					7º					8º				
	2013	2014	2015	2016	Média Móvel	2014	2015	2016	2017	Média Móvel	2015	2016	2017	2018	Média Móvel	2016	2017	2018	2019	Média Móvel
	462	292	265	446	366,25	292	265	446	461	366	265	446	461	465	409,25	446	461	465	471	460,75

2.11. Noutro ponto, importa considerar que o parâmetro de média móvel de convênios, por quadriênio, representa com mais exatidão o ciclo de um convênio, passando por suas respectivas fases (celebração, execução e prestação de contas), que impactará diretamente no acompanhamento e fiscalização dos convênios ativos pelos servidores do DPCN, por período considerado.

2.12. Realizando projeção para os exercícios futuros, devido a ampliação das áreas abrangidas pelo Programa e o aumento do quantitativo de celebrações, tendo como exemplo a média móvel dos últimos 5 (cinco) quadriênios, calculadas no quadro acima (4º ao 8º), obtém-se para o último quadriênio a média de 460,75 convênios, portanto, aproximadamente 46%, 25%, 25% e 12% superior à média móvel do 4º, 5º, 6º e 7º períodos, respectivamente.

2.13. Há que se considerar também os 1.337 convênios em execução e os 394 convênios em prestação de contas, totalizando 1731 convênios ativos a serem acompanhados, que correspondem a um volume financeiro de mais de R\$ 1,5 bilhão, os quais demandarão aumento de mão de obra, tanto de servidores como a de supervisores administrativos.

2.14. Relevante lembrar que, ainda em setembro, no intuito de melhorar seus processos internos e atender as demandas futuras, principalmente quanto ao acompanhamento de convênios, contando com o aporte de mão de obra oriunda do contrato nº 17/2020 - MD, o DPCN realizou a reestruturação interna em todos os setores, sobretudo, na Divisão de Análise Financeira - DIAF, segregando os macroprocessos do setor em 03 (três) atividades distintas: **aceite de licitação, acompanhamento/fiscalização de convênios e prestação de contas.**

2.15. Atrelado à reestruturação iniciada, o Departamento promoveu a análise de seus processos internos e a distribuição do pessoal de apoio terceirizado, a fim de atender a carência de mão de obra requerida pelos setores, dentro da necessidade e prioridade do momento, de acordo com o seguinte:

2.16. Em termos de volume de tarefas e atividades, historicamente, estipulou-se que 1 (um) servidor civil ou militar, ao nível de homem médio, consegue analisar/fiscalizar/acompanhar eficientemente, com base no princípio da razoabilidade, de 30 (trinta) a 40 (quarenta) convênios ativos.

2.17. Dessa forma, estendeu-se a presente estimativa ao posto de Supervisor administrativo, à luz das atribuições constante no CBO 4101-05 e na legislação específica de convênios.

2.18. Traz-se à baila novamente o posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu **Acórdão nº 675/2015 - TCU - Plenário**, no que concerne ao quantitativo de contratos fiscalizados por cada fiscal e por cada gestor de contrato, com vistas a garantir a eficácia da atividade de acompanhamento e fiscalização de contratos. Certo que a referida jurisprudência trata-se de contratos e não de convênios, porém, de forma análoga, aplica-se os ensinamentos aos convênios por serem instrumentos congêneres, conforme previsto no parágrafo único do art. 2º e no art. 116 da Lei 8.666/93.

2.19. Corrobora ainda, o prolatado no **Acórdão nº 839/2011 - TCU - Plenário**, que versa sobre as condições precárias para fiscalização de contratos e a respectiva elisão de responsabilidade ao Fiscal responsável, de acordo com trecho *in verbis*:

Acórdão 839/2011 – Plenário (...)

1. Demonstrado nos autos que a responsável pela fiscalização do contrato tinha condições precárias para realizar seu trabalho, elide-se sua responsabilidade.

(...)

45. Sua condenação se deu, em suma, porque, na qualidade de executora do contrato em questão, deveria, segundo as Normas de Execução Financeira e Orçamentária do DF, supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução do mesmo, o que não teria sido feito.

46. Contudo, consoante aferiu a Unidade Técnica (fls. 29/30 – Anexo 7), restou evidenciado nos autos que:

“... a (...) /DF não proporcionou condições adequadas para o desempenho de tal função, ao mesmo tempo em que sabia que eventual inexecução do contrato seria de responsabilidade desse executor técnico, o que poderia eximir os dirigentes da (...) /DF de responsabilização pela má gestão dos recursos.”

47. Ou seja, conforme demonstra a Unidade Técnica às fls. 29/30 – Anexo 7: “...há elementos nos autos que indicam não serem exequíveis as funções de executor técnico haja vista ser perceptível a impossibilidade de uma única pessoa cumprir todas as funções que lhe foram atribuídas, considerando-se a magnitude dos contratos referentes ao Planfor.”

48. Por isso, entendo que é possível elidir a responsabilidade da recorrente (...) e concordo com a Unidade Técnica quando esta assevera que seria desproporcional lhe condenar por conduta negligente quando ficou provado que não tinha condições adequadas de trabalho, mesmo porque, ainda que tivesse sido mais diligente do que foi, seria humanamente impossível, como já apontado acima (fls. 29/30 – Anexo 7), fiscalizar todas as turmas em questão.

2.20. Atualmente, o DPCN possui 13 (treze) Supervisores administrativos - funcionários terceirizados, do total de 18 (dezoito), alocados nas áreas de celebração, financeira, engenharia e prestação de contas de convênios, contratados por meio do contrato nº 17/2020 - MD, distribuídos nos seguintes elementos organizacionais previstos no Regimento Interno:

Quantitativos	Divisão de Convênios - DICONV (Análise para celebração - Ref 2020)	Divisão de Engenharia - DIENG (Apoio à fiscalização)	Divisão de Análise Financeira - DIAF (Aceite/Acompanhamento /Prestação de Contas)
Convênios para Análise/Fiscalização /Acompanhamento	775	607	1001
Força de trabalho alocada na Supervisão	10 (06 postos de funcionários terceirizados + 04 Servidores)	09 (04 postos funcionários terceirizados +05 Servidores)	18 (04 postos de funcionários terceirizados + 14 Servidores)
Convênios por Supervisor	77,5	67	55,5

2.21. Insta esclarecer que **5 (cinco) postos** de supervisores administrativos foram alocados para as atividades de Assessoria do DPCN, no caso da Assessoria Técnica - ASTEC e do Núcleo de Acompanhamento e Apuração de Danos ao Erário - NAADE, reforçando a força de trabalho nestes Setores.

2.22. Considerando o limite máximo estipulado de eficiência de fiscalização de 40 (quarenta) convênios ativos por funcionários, para equilibrar adequadamente a relação entre força de trabalho e a demanda de convênios supervisionados será necessário o acréscimo nos postos de trabalho de Supervisores administrativos - funcionários terceirizados, conforme a seguinte distribuição:

Quantitativos	Divisão de Convênios - DICONV (Análise para celebração - Ref 2020)	Divisão de Engenharia - DIENG (Apoio à fiscalização)	Divisão de Análise Financeira - DIAF (Aceite /Acompanhamento/Prestação de Contas)
Convênios para Análise/Fiscalização /Acompanhamento	775	607	1001
Força (postos) de trabalho adequada para Supervisão	19 (10 existentes + 9 postos acréscimo de funcionário terceirizado)	15 (9 existentes + 6 postos de acréscimo de funcionários terceirizados)	25 (18 existentes + 7 postos de acréscimo de funcionários terceirizados)
Convênios por Supervisor	40 (limite máximo)	40 (limite máximo)	40 (limite máximo)

2.23. Com isso, espera-se alcançar, para um cenário atual e prospectivo, o quantitativo ideal de 40 (quarenta) postos de supervisores administrativos (sendo 18 já existentes e 22 a contratar), que permitirá a execução das atividades de análise/acompanhamento/fiscalização com total eficácia, eficiência e segurança jurídica, evitando perda de recursos públicos e atendendo aos requisitos legais de prazos, procedimentos e condutas por parte do agente fiscalizador.

2.24. O acréscimo de 22 (doze) postos de supervisores administrativos terceirizados, somados aos atuais 18 (dezoito) postos destinados às atividades de Análise/Acompanhamento/fiscalização de convênios tornaria a capacidade da força de trabalho mais compatível com as demandas existentes, minimizando o déficit de mão de obra existente, bem como impelindo maior celeridade e eficiência aos processos dos setores.

2.25. Da análise dos fatos, vislumbra-se como opção, em virtude do aumento do quantitativo de supervisores administrativos, **uma nova licitação**, totalizando 40 (quarenta) postos, considerando as necessidades recentes da reestruturação interna do DPCN e as limitações impostas pela legislação vigente no contrato atual (limite de acréscimo - 25%).

2.26. Cabe mencionar que o Departamento solicitou, em oportunidades anteriores, provimento de pessoal por meio de cargos comissionados ou, até mesmo, por concurso público, que tem se demonstrado inviável na atual conjuntura política e econômica do país. O mesmo se estende para mão de obra militar proveniente das 3 (três) forças, que tem se mostrado insuficiente em quantidade, apesar de todo o esforço para minimizar o déficit do DPCN.

2.27. Sendo assim, diante dos pontos abordados no estudo realizado, julga-se imprescindível complementar e substituir a força de trabalho deste Departamento com uma nova contratação, a partir de agosto de 2021, **precedida de licitação (serviço continuado com ampliação quantitativa de postos)**, no total de 40 (quarenta) postos de trabalho, para contratação de empresa de prestação de serviços de supervisor administrativo, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em substituição ao contrato atual (contrato nº 17/2020-MD), visando o cumprimento da missão precípua do Programa Calha Norte - PCN, como demonstrado e consubstanciado na NOTA TÉCNICA Nº 2/NAADE/DPCN/SG/MD/2020 (ID 2860648).

2.28. Da justificativa para a formação do Grupo único:

2.28.1. No presente objeto, a contratação deverá ser realizada de forma única e indivisível. O agrupamento dos itens 1 (um) 2 (dois) e 3 (três) se faz necessário, porque, os serviços previstos nos itens 2 (dois) e 3 (três) são serviços de despesas reembolsáveis e complementares aos serviços do item 1 (um), com vistas a executar parte das atividades designadas aos postos de supervisor administrativo no âmbito externo, conforme as especificações de suas atividades elencadas no subitem 5.1.2.4.2., do Termo de Referência, de maneira a garantir o atingimento do objeto pretendido em sua totalidade.

2.28.2. Neste sentido, é clara a necessidade da execução dos serviços dos itens 2 (dois) e (três) para o cumprimento fiel dos objetivos desta licitação, sendo elas responsáveis em garantir a operacionalização da execução da mão de obra pretendida neste certame, na área de atuação do Programa Calha Norte (PCN), fora de sede.

2.28.3. Além do mais, por questão de economia de escala, visa-se a contratação de apenas uma empresa por se demonstrar administrativa e economicamente mais viável ao Ministério da Defesa.

2.29. Trata-se de **serviço comum**, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do ANEXO V da IN nº 05/2017, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento do Programa Calha Norte - DPCN	UBIRATAN POTY

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Técnicos Preliminares, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviço (**supervisor administrativo**), **sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.**

4.2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

4.2.1. Lei nº 8.666/1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.2.2. Lei nº 9.029/1995, proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

4.2.3. Lei nº 9.784/1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

4.2.4. Lei nº 10.520/2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.2.5. Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999.

4.2.6. Lei nº 12.440/2011, acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666/1993.

4.2.7. Lei nº 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112 /1990; revoga a Lei nº 11.111/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159/1991; e dá outras providências.

4.2.8. Decreto-Lei nº 5.452/1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

4.2.9. Decreto-Lei nº 200/1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

4.2.10. Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.2.11. Decreto nº 3.722/2001, regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002.

4.2.12. Decreto nº 4.358/2002, regulamenta a Lei nº 9.854/1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666/1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.

4.2.13. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

4.2.14. Decreto nº 7.203/2010, dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

4.2.15. IN nº 2/SLTI/MPOG/2010, e alteração promovidas pela IN nº 1/SLTI/MPOG/2012, IN nº 5/SLTI/MPOG/2012, IN nº 4/SLTI/MPOG/2013 e IN nº 7/SLTI/MPOG/2015.

4.2.16. IN nº 5/SG/MP/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.17. IN nº 6/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços no âmbito da AC/MD.

4.2.18. IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos e as responsabilidades dos Gestores e Fiscais de Contratos firmados pela Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD).

4.3. Critérios e práticas de sustentabilidade:

a) Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º, da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, quando couber;

b) o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril /2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

5. Levantamento de Mercado

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

5.1. No levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), do Ministério da Economia, acessado em 12 de abril de 2021, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a contratação do objeto (CATSER **5380** – Apoio Administrativo), através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado no pregão abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

5.1.1. Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Serviço: 00005830 - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo

Período Pesquisado - 08/04/2020 até 07/04/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO	194061 - COORDENADORIA REGIONAL INTERIOR SUL	Pregão 00001/2020	26/01/2021 26/01/2022
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	70010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	Pregão 00051/2020	07/12/2020 07/12/2021
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	110404 - SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Pregão 00022/2020	01/08/2020 01/08/2021

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES

5.2. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente contratação se tratar de um **serviço comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002**, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para este objeto a melhor solução será a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **supervisor administrativo**, para atender as necessidades do Departamento do Programa Calha Norte. Tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor.

6.2. Com relação a exigência relacionada à manutenção e à assistência técnica, **não se aplica**, tendo em vista se tratar de um serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, não havendo materiais e equipamentos para aplicação dessa necessidade.

6.3. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Conforme o Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 4, de 30 de abril de 2021, estimou-se as seguintes quantidades:

7.1.1. Considerando o limite máximo estipulado de eficiência de fiscalização de 40 (quarenta) convênios ativos por funcionários, para equilibrar adequadamente a relação entre força de trabalho e a demanda de convênios supervisionados será necessário o acréscimo nos postos de trabalho de Supervisores administrativos - funcionários terceirizados, conforme a seguinte distribuição:

Quantitativos	Divisão de Convênios - DICONV (Análise para celebração - Ref 2020)	Divisão de Engenharia - DIENG (Apoio à fiscalização)	Divisão de Análise Financeira - DIAF (Aceite/Acompanhamento /Prestação de Contas)
Convênios para Análise /Fiscalização/Acompanhamento	775	607	1001
Força (postos) de trabalho adequada para Supervisão	19 (10 existentes + <u>9 postos</u> acréscimo de funcionário terceirizado)	15 (9 existentes + <u>6 postos</u> de acréscimo de funcionários terceirizados)	25 (18 existentes + <u>7 postos</u> de acréscimo de funcionários terceirizados)
Convênios por Supervisor	40 (limite máximo)	40 (limite máximo)	40 (limite máximo)

7.1.2. Com isso, espera-se alcançar, para um cenário atual e prospectivo, o quantitativo ideal de 40 (quarenta) postos de supervisores administrativos (sendo 18 já existentes e 22 a contratar), que permitirá a execução das atividades de análise/acompanhamento/fiscalização com total eficácia, eficiência e segurança jurídica, evitando perda de recursos públicos e atendendo aos requisitos legais de prazos, procedimentos e condutas por parte do agente fiscalizador.

7.2. O valor estimado para cada unidade, referente ao Tipo de Despesa “Hospedagem”, foi espelhado no valor da tabela que trata do valor de indenização de diárias aos servidores públicos federais no País, Anexo I, do Decreto nº 5.992, de 19 DEZ 2006, **para Manaus-AM (R\$ 224,20)**, abatendo-se o valor dia referente à alimentação definida em Convenção Coletiva da categoria objeto desta contratação, para fins de estimativa, devendo observar, para cada localidade, o valor definido da tabela do Decreto nº 5.992, de 19 DEZ 2006, conforme abaixo:

Classificação do Cargo/Emprego /Função	Deslocamentos para Brasília/Manaus/ Rio de Janeiro	Deslocamentos para Belo Horizonte/ Fortaleza/Porto Alegre/Recife/ Salvador/São Paulo	Deslocamentos para outras capitais de Estados	D e m a i s deslocamentos

F) FG-1, FG-2, FG-3; GR; FST-1, FST-2, FST-3 do BACEN; FDO-1, FCA-4, FCA-5 do BACEN; FCT8, FCT9, FCT10, FCT11, FCT12, FCT13, FCT14, FCT15; cargos de nível intermediário e auxiliar	224,20	212,40	200,60	177,00
---	--------	--------	--------	--------

7.3. O valor estimado para cada unidade, referente ao Tipo de Despesa “Deslocamento”, foi espelhado no levantamento realizado sobre as passagens aéreas adquiridas pelo Ministério da Defesa no ano de 2019, especificamente nas localidades de atuação do Programa Calha Norte (PCN), considerando-se a média dos valores máximos de aquisição, adotando a estimativa de quantidade de trechos por localidade, obedecendo o limite de 160 trechos, tendo em vista o modelo de gestão aplicado nas vendas de passagens aéreas: “*Yeld management*”, que calcula a melhor política de preços, para otimizar e maximizar os lucros das companhias aéreas, levando-se em conta diversos fatores alheios ao conhecimento do consumidor, de acordo com a tabela abaixo:

Cidades Abordadas na Pesquisa	Custo de Aquisição Máximo Ano 2020 p/ Localidade (A)	Estimativa de Quantidade de Trechos por Localidade /Ano (B)	(C) = (A) X (B)
Belém/PA	1.856,47	21	38.985,87
Boa Vista/RR	1.830,67	14	25.629,38
Campo Grande/MS	1.471,06	16	23.536,96
Cuiabá/MT	1.016,47	7	7.115,29
Macapá/AP	1.827,06	9	16.443,54
Manaus/AM	2.520,57	70	176.439,90
Porto Velho/RO	1.840,06	16	29.440,96
Rio Branco/AC	1.460,57	3	4.381,71
São Gabriel da Cachoeira/AM	2.014,73	2	4.029,46
São Luís/MA	715,67	1	715,67
Tabatinga/AM	1.162,06	1	1.162,06

TOTAL	160	R\$ 327.880,80
MÉDIA = (C) / Quantidade Estimada de Trechos no Ano		R\$ 2.049,26

7.4. Além do mais, por questão de economia de escala, visa-se a contratação de apenas uma empresa por se demonstrar administrativa e economicamente mais viável ao Ministério da Defesa.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.3. O sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º, IN 40 /2020), não se faz necessário uma vez que a divulgação do valor estimado pode auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Parcelamento:

9.1.1. No presente objeto, a contratação deverá ser realizada de forma única e indivisível. O agrupamento dos itens 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) se faz necessário, porque, os serviços previstos nos itens 2 (dois) e 3 (três) são serviços de despesas reembolsáveis e complementares aos serviços do item 1 (um), com vistas a executar parte das atividades designadas aos postos de supervisor administrativo no âmbito externo, de maneira a garantir o atingimento do objeto pretendido em sua totalidade.

9.1.2. Neste sentido, é clara a necessidade da execução dos serviços dos itens 2 (dois) e (três) para o cumprimento fiel dos objetivos desta licitação, sendo elas responsáveis em garantir a operacionalização da execução da mão de obra pretendida neste certame, na área de atuação do Programa Calha Norte (PCN), fora de sede.

9.2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme **Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº-10.520, de 2002.**

9.3. Opção de contratação por: **Menor Preço Global do Grupo.**

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os pregões realizados durante o período de 11/02/2020 até 10/02/2021, abaixo relacionados contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

10.1.1. **Pregão nº 01/2020 - COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL (UASG nº 194061), Pregão Eletrônico – Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.**

10.1.2. **Pregão nº 51/2020** - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (UASG nº 70010), Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

10.1.3. **Pregão nº 22/2020** - SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (UASG nº 110404), Pregão Eletrônico - Prestação de Serviço de Apoio Administrativo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem esta delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

11.2. O serviço acima foi incluído no item **nº 2.795**, do PGC 2021, no valor estimado de **R\$ 3.764.574,24**, e caso seja autorizado pelo Senhor Diretor do DEADI, será enviado para aprovação.

12. Resultados Pretendidos

12.1. O resultado pretendido será alcançado com a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de supervisor administrativo no âmbito do Departamento do Programa Calha Norte. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União - 3ª edição - Brasília: AGU, Abril, 2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviço comum.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Critérios e práticas de sustentabilidade:

14.1.1. o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União - 3ª edição - Brasília: AGU, Abril, 2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Declaramos a viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **supervisor administrativo**, para atender as necessidades do Departamento do Programa Calha Norte, no que tange a realização de convênios abrangidos pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte do Maranhão e do Tocantins, correspondendo assim em 58,7% do território nacional, englobando 442 municípios, vivendo nela cerca de 15,5 milhões de brasileiros.

15.2. Nesse sentido, a contratação tornará a capacidade da força de trabalho mais compatível com as demandas do DPCN, minimizando o déficit de mão de obra existente, bem como impelindo maior celeridade e eficiência aos macroprocessos.

15.3. Do exposto, a contratação da referida mão de obra é a mais efetiva administrativamente, não tendo nenhum óbice normativo na visão da equipe de planejamento da contratação.

16. Responsáveis

ANDRÉ FILIPE COSTA DO NASCIMENTO

Assistente do NAAD

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO

Supervisor da ASPLAQ

EMERSON TOMAZETTI GARLET

Supervisor do DPCN

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (52.14 KB)

Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1 - RISCOS DA AQUISIÇÃO:

1.1 - Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
Probabilidade:	(___) Baixa	(_X_) Média	(___) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Médio	(_X_) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	

Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Realizar as correções necessárias para o prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 2			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes no instrumento.	ASPLAQ.	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e COLIC.	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 3			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta

Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	ASPLAQ.	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020.	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.	
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.	

Analizado:

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO – S Ten
Integrante Administrativo